



O discurso do empreendedorismo nas relações de trabalho das costureiras no Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Wallacy Vitor de Oliveira Fontes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
wallacy.vitor@ufpe.br

Débora Coutinho Paschoal Dourado
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
debora.cpdourado@ufpe.br

Paloma Araújo Rocha
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
paloma.rocha@ufpe.br

Modalidade: () Texto Completo (X) Texto em andamento () Resumo expandido

Resumo

O Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco (PCAP) é um dos principais arranjos produtivos locais do Brasil, movimentando bilhões de reais anualmente, especialmente nas feiras de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Entretanto, esse dinamismo econômico contrasta com a realidade das costureiras, que enfrentam longas jornadas, baixa remuneração, ausência de direitos e condições de trabalho precárias. Nesse contexto, o discurso do empreendedorismo tem assumido centralidade, muitas vezes utilizado para legitimar a informalidade e a flexibilização laboral, apresentando-se como autonomia e liberdade econômica. O estudo tem como objetivo compreender as relações entre empreendedorismo e precarização do trabalho nas facções do PCAP, analisando como esse discurso influencia percepções e práticas das costureiras. O referencial teórico articula autores clássicos, como Schumpeter e Weber, e abordagens contemporâneas que vinculam o empreendedorismo às dinâmicas neoliberais e à informalidade no Brasil. A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando entrevistas narrativas em profundidade com mulheres maiores de idade que atuam de forma autônoma e sem vínculo formal. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo Categórica Temática (Bardin, 2016), em três etapas: pré-análise, exploração e tratamento dos resultados. O número de participantes seguirá o critério de saturação. Espera-se contribuir para o debate crítico sobre o empreendedorismo no PCAP, evidenciando como a lógica empreendedora, embora impulse a economia local, pode mascarar formas de exploração e precarização que marcam a realidade laboral das costureiras.

Palavras-chave: Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco; Empreendedorismo; Discurso do empreendedorismo; Informalidade; Flexibilização.

Abstract

The Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco (PCAP) is one of Brazil's leading local production clusters, generating billions of reais annually, especially at the fairs in Caruaru, Toritama, and Santa Cruz do Capibaribe. However, this economic dynamism contrasts with the reality of seamstresses, who face long hours, low pay, lack of rights, and precarious working conditions. In this context, the discourse of entrepreneurship has assumed central importance, often used to legitimize informality and labor flexibility, presenting itself as autonomy and economic



freedom. This study aims to understand the relationship between entrepreneurship and precarious work in the PCAP factions, analyzing how this discourse influences the perceptions and practices of seamstresses. The theoretical framework combines classical authors, such as Schumpeter and Weber, with contemporary approaches that link entrepreneurship to neoliberal dynamics and informality in Brazil. This research adopts a qualitative and exploratory approach, utilizing in-depth narrative interviews with women of legal age who work independently and without formal employment. The interviews will be recorded, transcribed, and analyzed using Thematic Categorical Content Analysis (Bardin, 2016) in three stages: pre-analysis, exploration, and processing of results. The number of participants will be determined based on the saturation criterion. The aim is to contribute to the critical debate on entrepreneurship in the PCAP, highlighting how entrepreneurial logic, while boosting the local economy, can mask forms of exploitation and precariousness that characterize the work reality of seamstresses.

Keywords: *Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco; Entrepreneurship; Entrepreneurship discourse; Informality; Flexibility.*

1. INTRODUÇÃO

Cerca de 90% de todo o processo produtivo do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco (PCAP) é realizado por empreendedores que, a partir do reaproveitamento de resíduos, conseguem garantir sua renda e gerar empregos formais e informais de maneira sustentável (Freitas, 2023). No entanto, a valorização do empreendedor autônomo ocorre sobre um cenário de trabalho informal, em que o potencial de criação individual convive com riscos significativos (Verga; Da Silva, 2015). Desse modo, o discurso do empreendedorismo se incorpora às relações de trabalho das costureiras do Polo, reforçando sua inserção produtiva e contribuindo para a circulação de capital no mercado.

As análises sobre o discurso do empreendedorismo têm se intensificado nas últimas décadas, abordando diferentes perspectivas. Lima e De Oliveira (2025) destacam que o empreendedorismo funciona muitas vezes como justificativa para a precarização do trabalho, sendo que a flexibilização laboral, mesmo quando apresentada como liberdade, camufla formas de exploração (Antunes, 2020). Carmo et al. (2021) observam que, no Brasil, o empreendedorismo é majoritariamente sustentado por pequenos negócios, especialmente por aqueles que empreendem para sobreviver. Apesar da declaração de “autonomia irredutível” (Carmo et al., 2021, p. 11) pelos empreendedores, esses indivíduos ainda se inserem em uma lógica da ideologia neoliberal (Carmo et al., 2021).

No contexto do Polo, a discussão sobre informalidade também foi impulsionada pelo SEBRAE, que introduziu a necessidade de formalização como parte do empreendedorismo, embora muitos produtores tenham demonstrado desconfiança quanto a essa exigência, especialmente em relação à formalização das relações de trabalho (De Souza, 2012). Quanto à motivação para empreender, Carneiro (2022) identifica três determinantes para a população local: a) ser “empresário de si mesmo”; b) empreender por necessidade diante da informalidade e do trabalho precário; c) buscar autonomia econômica, flexibilidade e ascensão.

Apesar dos avanços nos estudos sobre empreendedorismo, ainda há uma lacuna significativa em relação ao discurso publicizado e à forma como ele é compreendido pelas costureiras do PCAP. O empreendedorismo se entrelaça com a informalidade e a terceirização, sendo a subcontratação parte essencial da cadeia produtiva do Polo (Bezerra; Corteletti; Araujo, 2020). Valentim (2017), com base na pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2013 sobre a modernização truncada do Polo e o reconhecimento da dinâmica produtiva em empreendedorismo, aponta contradições e



inconsistências a partir de perspectivas teórico-conceituais (Valentim, 2017, p. 78). Segundo a autora, diante desse truncamento, os fatores “alinhados com a concepção schumpeteriana de empreendedorismo vão ser afirmados pelo SEBRAE enquanto configuradores das relações de trabalho no APL como processos de empreendedorismo” (Valentim, 2017, p. 105), embora aspectos como a inovação não se façam presentes na realidade do Polo (Valentim, 2017). Dessa forma, a construção do empreendedorismo no PCAP revela-se um debate complexo e dúbio à luz das pesquisas realizadas.

A escolha deste tema justifica-se pela relevância do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco (PCAP) em diferentes dimensões. Sob o viés econômico, considerando apenas as feiras de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, o Polo movimenta anualmente mais de R\$ 5 bilhões (Freitas, 2023). Em termos sociais, as costureiras do Polo representam um elemento essencial da cadeia produtiva, frequentemente enfrentando condições de trabalho precarizadas, como longas jornadas e ausência de momentos de descanso, situações muitas vezes invisibilizadas.

Diante do crescente debate sobre empreendedorismo, esta pesquisa possibilita problematizar o discurso empreendedor, frequentemente utilizado para legitimar condições de trabalho precárias, apresentando-as como expressão de autonomia e liberdade econômica, influenciando a percepção das costureiras sobre seu trabalho. Além disso, a pesquisa se destaca por sua atualidade, considerando o cenário de crescimento exponencial do trabalho informal e do empreendedorismo no Brasil, e dialoga com as futuras reconfigurações das relações laborais.

O impulso ao empreendedorismo como solução para problemas de renda e formas de produção influenciadas pelo mercado, contudo, tende a negligenciar as situações de precarização que emergem das demandas estabelecidas pelas médias e grandes empresas nas facções. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo compreender as implicações do empreendedorismo e sua relação com a precarização do trabalho nas facções do PCAP. Considerando a realidade do trabalho informal e os desafios de regulação das relações laborais nas unidades produtivas, a pesquisa busca investigar a seguinte questão: **Como o discurso do empreendedorismo tem se relacionado com a precarização do trabalho das costureiras no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco?**

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empreendedorismo: Histórico e discurso.

Nos Estados Unidos, diante do seu destaque na economia capitalista, o termo *entrepreneurship* é referenciado há bastante tempo (Dornelas, 2008). Esse termo, de acordo com Hisrich, Peters e Shepherd (2014 apud Bandeira; Silva, 2023), designou a origem da palavra empreendedorismo, ao qual foi citada pela primeira vez em 1925, em que significa, a partir do termo francês “entrepreneur” com o sufixo inglês “ship”, o ato de iniciar algo novo arriscando-se a partir de fatores que possam vir a ocorrer (Hisrich; Peters; Shepherd, 2014 apud Bandeira; Silva, 2023). Um fator de destaque perante as principais características do empreendedor é a inovação, diante da promoção da mudança para o desenvolvimento econômico (Schumpeter, 1971 apud Vale, 2014).

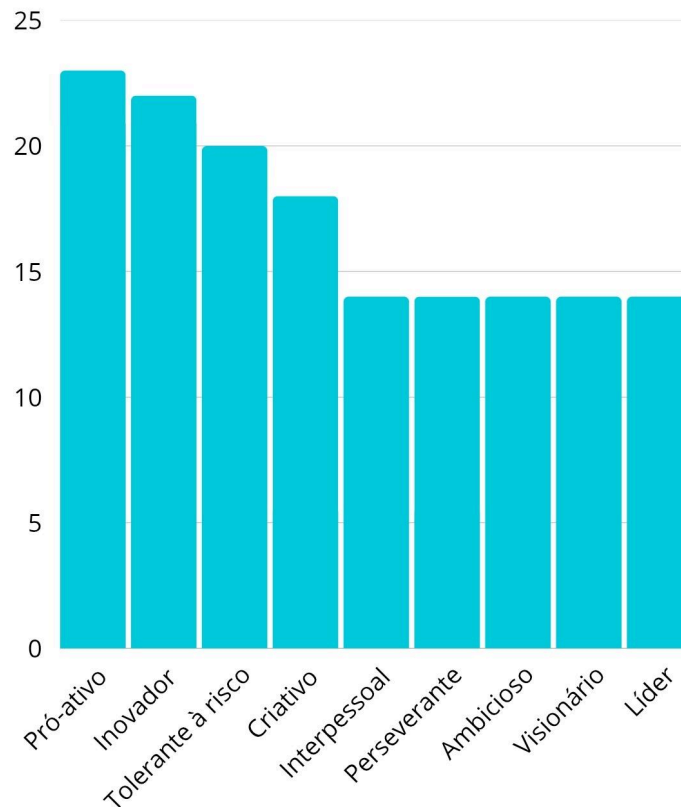
Na sociologia, Weber (2004), realizou a discussão acerca do espírito do capitalismo, sendo referência a uma individualidade histórica (Weber, 2004), que analisa as conexões datadas de um período histórico para dar significação cultural, ao qual podem referir-se às perspectivas iniciais do que se construíram as bases do empreendedorismo no mercado capitalista.

O termo empreendedorismo é difundido em diversos aspectos e estruturas organizacionais, uma delas é o empreendedorismo social, em que do ponto de vista legal se refere à economia social,

que se configura organizacionalmente como cooperativas, associações, coletivos e similares (Parente et al. 2011). Em outro aspecto, tem-se o empreendedorismo sustentável, ao qual tem como característica a relação entre questões econômicas do empreendedorismo tradicional, para com o ambiente ecológico e social (Orsiolli; Nobre, 2016). Já o empreendedor tecnológico se destaca pelo perfil em que tem proximidade com o mundo acadêmico, negócios na economia digital e o mundo tecnológico (Baggio; Baggio, 2015). Levando em consideração essas sobreposições diante do empreendedorismo, Baggio e Baggio (2015) apresentam que os fatores pessoais, ambientais e pessoais contribuem para a motivação dos empreendedores, além de que essa motivação se refere ao processo de intensidade, direção e persistência a partir dos esforços do empreendedor visando conquistar as metas estabelecidas.

Acerca das características do empreendedor, os autores Filardi, Barros e Fischmann (2014) realizaram um levantamento bibliográfico e bibliométrico de 1983 a 2014, em que a partir de 156 artigos e 122 características, se destacaram 24 características, assim como suas incidências anuais, apresentadas no gráfico 01 a seguir.

Gráfico 01: Características do perfil empreendedor contemporâneo e suas incidências anuais.



Fonte: Filardi, Barros e Fischmann (2014).

Os resultados desta pesquisa trouxeram que características como a pró-atividade, a capacidade de inovação, a tolerância a riscos e a criatividade se referem a alta competitividade diante da globalização e desenvolvimento dos países emergentes (Filardi; Barros; Fischmann, 2014). Já as características como interpessoal, perseverante, ambicioso, visionário e líder, demonstram um perfil empreendedor tendo como maior expressão o seu lado comportamental e inter relacional, sendo um perfil com menos tecnicidade (Filardi; Barros; Fischmann, 2014).



Segundo Bandeira e Silva (2023), ao decorrer da história, o significado do termo empreendedorismo modificou-se diante das diversas transformações e realidades dos mercados, se referenciando nos dias atuais como um processo de geração de valor agregado, a partir de uma série de fatores, como o tempo, dedicação e esforço, destacando-se como um meio que oferece riscos, porém com potenciais recompensas (Bandeira; Silva, 2023). Nessa nova fase do capitalismo, o trabalhador se configura como empreendedor, sempre atualizado e responsável por seu emprego, o empreendedor autônomo deixou de ser um empregado, e passou a ser um empresário dono de si mesmo (Lima; Corteletti; Araújo, 2018).

Nesse contexto, o discurso do empreendedorismo ganhou notoriedade tanto acadêmica quanto prática nas últimas décadas mundialmente (Lima; De Oliveira, 2021). Os primeiros estudos iniciaram com Schumpeter (1982), ao qual diferenciou o empresário, como tendo características de iniciativa, autoridade ou previsão, não sendo um indivíduo que corre riscos diante do mercado, ao qual são “[...] empregados “dependentes” de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria [...]” (Schumpeter, 1982 pg. 83), ou tendo a maior parte das ações. Já empreendedor, Schumpeter destaca que o sucesso depende de fatores como a intuição, capacidade de ver a longevidade das coisas, mesmo que no início não se demonstra muito promissor (Schumpeter, 1982), além de que é ele que inicia a mudança econômica. Destacando assim, a inovação como uma peça fundamental para esse empreendedor.

No contexto atual, de acordo com Lima e De Oliveira (2021), esse discurso do empreendedorismo se dissipa em dois lados. Por um lado esse discurso incorporou uma justificativa perante os trabalhadores que se submeteram a processos de flexibilização e precarização. Esse contexto se apresentou diante de trabalhadores formais, total ou parcialmente informais se submeterem a outras formas de geração de renda, induzindo a responsabilidade pessoal do trabalhador diante dos obstáculos encontrados. Já por outro lado, o discurso, em sua forma racional, foi reforçado diante da lógica dominante de combate à informalidade e precarização no mercado de trabalho (Lima; De Oliveira, 2021). Na vertente neoliberal, o trabalho de Carmo et al. (2021), apresenta que o discurso do empreendedorismo isenta as responsabilidades do Estado, enquanto garantidor de condições mínimas de vida para essa parcela da população, fazendo com que sejam totalmente responsáveis pelo seu sucesso quanto fracasso, sem considerar nenhuma variável diante do contexto social ao qual se encontram esses empreendedores.

Revisões de literatura sobre o tema do empreendedorismo mostram que o discurso empreendedor negligencia os fatores que causam o desemprego, visto que aposta na capacidade econômica do mercado de trabalho em absorver os desempregados (Sabino; Pinheiro, 2022). Na pesquisa de Santos, Figueiredo, Corrêa e Carvalho (2023), ao qual teve como foco as abordagens referentes ao empreendedorismo digital feito por mulheres, observaram que o uso das tecnologias da informação e comunicação mostraram-se ferramentas que podem proporcionar a transformação do ambiente de negócio, do aumento da produtividade, juntamente com uma oportunidade para as mulheres de áreas remotas e marginalizadas a obterem o acesso à renda. Em questões de motivação, a revisão realizada por Bandeira e Silva (2023) demonstra que em síntese duas motivações influenciam o indivíduo a empreender, a primeira sendo a partir da necessidade, que é quando se inicia a partir da falta de outras opções, como o subemprego e desemprego. A segunda motivação se refere a oportunidade, que se refere a oportunidade identificada a partir de um serviço ou bem que pode ser aproveitado no mercado.

Os estudos empíricos acerca do discurso do empreendedorismo mostram que ele tem desempenhado uma função de justificar a precariedade, além de “transformar” as atividades informais como formas positivas de trabalho (Lima; De Oliveira, 2021). No contexto do PCAP, a pesquisa de Almeida, Dias e Dos Santos (2021) destacou que em virtude do gênero, as mulheres que empreendem no contexto da economia criativa em Caruaru-PE, encontram mais dificuldades do



que os homens, principalmente no que tange a obtenção de credibilidade no seu negócio, além de obter de uma dupla e tripla jornadas de trabalho, dificuldades na gestão e sustentabilidade financeira.

Diante do exposto, mesmo com a base da produção da economia de confecções no PCAP sendo originada e mantida de maneira informal, em sua grande maioria, a região transformou-se em um polo que atraiu a atenção e investimento de pequenos investidores, comerciantes e trabalhadores, o qual gerou um crescimento econômico para a Mesorregião do Agreste Pernambucano (Xavier, 2020). Em contrapartida, esse impacto do crescimento econômico retorna financeiramente em grande parte para as indústrias e grandes empresas, visto que não reverbera para a melhoria das condições de trabalho da atividade laboral de costura de base, principalmente das mulheres.

2.2 Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: Histórico e condições de trabalho na costura

O território produtivo da Região do Agreste de Pernambuco começou a se formar ainda na década de 1950 e, desde o seu início, a maior parcela dos produtores desenvolvem a atividade de confecção de maneira informal (Zanatta; Rosenfield e Oliveira, 2016). Nesse período emergiu a feira comercial e produtiva intitulada Sulanca, de produção familiar a partir dos retalhos e rejeitos das indústria têxtil do Recife e de São Paulo transformando-os em matéria prima para novas peças, localizada no município de Santa Cruz do Capibaribe (Burnett, 2018). Os intermediários, pessoas que tinham o tecido/insumo ou a demanda de produção, realizavam a contratação de serviços das costureiras domiciliares de diversos municípios do interior do estado de Pernambuco, ao qual vendiam as produções tanto no atacado quanto no varejo na feira (Lima, 1999).

A partir do desenvolvimento da atividade econômica de confecções nessa região, por conta de seu destaque, principalmente a partir dos anos 2002, certas instituições juntamente “[...]com o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)” (Xavier, 2020), buscaram uma forma de ampliar a divulgação da região, sendo assim, houve a modificação do nome de “Feira da Sulanca”, para se tornar o “Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco” ou “Polo da Moda de Pernambuco” (Xavier, 2020). Dessa forma, esta feira transformou-se popularmente como Polo Têxtil e de Confecção, mais conhecido como Polo de confecções do Agreste Pernambucano (PCAP) , assim, as atividades tanto de produção quanto de comercialização se instalaram com destaque nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru (Milanês, 2020). Porém, as cidades circunvizinhas também apresentam certa produção considerável na indústria têxtil dessa região. Diante disso, no quadro 01, apresenta-se os pontos fortes e fracos das condições de funcionamento da indústria do PCAP, de acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE (2013).

Quadro 01: Pontos fortes e fracos da indústria têxtil do PCAP de acordo com o SEBRAE.

Pontos fortes	Pontos fracos
1. Preço baixo do produto;	1. Má formação da mão de obra;
2. Baixo custo da mão de obra;	2. Escassez de trabalhadores, especialmente, qualificados;
3. Capacidade empreendedora;	3. Falta de profissionalismo;
4. Adaptabilidade à mudança;	4. Predominância de empresas informais;
5. “Pessoas bravas, guerreiras”;	5. Carga tributária excessiva;
6. Formas de negociar adotadas;	6. Questão ambiental;



7. Capacidade produtiva das pessoas e máquinas;	7. Imagem da região, como produtora de bens de baixa qualidade;
8. Localização do Polo;	8. Falta de segurança.
9. Radiação do Polo;	
10. Alta concentração de empresas em pequeno espaço.	

Fonte: A partir de SEBRAE (2013).

A pesquisa desenvolvida pelo SEBRAE (2013), conforme quadro 01, apresentou que diante da visão dos empresários, no lado dos pontos fortes, se destacam fatores que remetem a vantagens competitivas, como o preço baixo e mão de obra barata, diante do trabalho informal, capacidade empreendedora e adaptabilidade, como fatores motores para a construção desse Polo. Já os pontos fracos, como a má formação da mão de obra, a predominância de empresas informais e a escassez de trabalhadores qualificados, remetem aos desafios estruturais e institucionais, até mesmo diante da vulnerabilidade social e econômica, muito por conta da ausência de políticas públicas atuantes nos diversos âmbitos, desde a formação educacional dos jovens, capacitação e qualificação profissional, quanto apoio e incentivo a formalização da mão de obra.

No ponto fraco de “Predominância de empresas informais” (SEBRAE, 2013), problemática de importante discussão nas atividades laborais do PCAP, vai em contramão ao proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a partir de seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no seu 8º objetivo intitulado “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”, que deve-se “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (Nações Unidas, 2016), visto que 80% dos empreendimentos realizam trabalho de maneira informal (SEBRAE, 2013), além de se predominar o trabalho em domicílios e principalmente com mão-de-obra familiar, nos intitulados “fabricos”, ao qual produzem cerca de 15% de toda produção de jeans nacional (Lira, 2006).

Tavares (2002) enfatiza que a lógica do trabalho realizado em fações, modelo de produção predominante no PCAP, ao contrário de ser um trabalho ‘autônomo’, depende do fornecimento da matéria-prima por parte do contratante. Além disso, este trabalho é pago por peça produzida, o que explicita a dependência do faccionistas em relação a outra empresa ou contratante. Além de que é predominante a falta de formalização nesses conjuntos organizacionais.

Essa informalidade impulsiona outro fator, visto que como a grande maioria da produção de base na costura nessa indústria é realizada pelas mulheres, as que são proprietárias de negócios detêm de uma rotina de trabalho extensa, dado que acumulam atividades tanto produtivas quanto reprodutivas, resultando em uma triplificação da jornada de trabalho, pois necessitam realizar os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos juntamente com as atividades relacionadas ao empreendimento (Souza; Lima; Lima, 2023). Além disso, se as costureiras trabalharem fora de seu domicílio, não há creches para deixarem seus filhos, demonstrando mais problemas sociais que assolam esse Polo (Lira, 2006).

Diante disso, é observado que as condições de trabalho dessas costureiras se dissipam de maneira precária, visto que autores Bezerra, Corteletti e Araújo (2020), relatam que até mesmo o trabalho em domicílio chega a ser mais precário, visto que o ambiente de trabalho é pequeno e fechado, em sua grande maioria, além de não haver uma delimitação dos espaços domésticos e laborais. Fator discutido também por Milanês (2020), uma vez que cada vez mais há coexistência entre o espaço do lar com os materiais de produção das peças, transformando a residência como uma extensão da fábrica, em que muitas vezes são com pouca iluminação, sem limpeza, sem ventilação e sem nenhum tipo de dispositivo de segurança.



Outro fator de destaque se refere à remuneração, em que Lira et al. (2020) demonstra que o pagamento a partir das unidades de peças produzidas, forma majoritariamente estabelecida nas relações de trabalho no PCAP, além de intensificar o trabalho, contribui para o desgaste precoce das costureiras. Esse pagamento por produtividade intensifica a jornada, chegando até mesmo a 14 ou 15 horas diárias de produção realizadas pelas costureiras (Lira, 2006).

Lira (2006) ainda destaca outras problemáticas, como a pouca ação Estatal diante da exigência sobre a legislação trabalhista, visto que problemas como “[...] mão-de-obra infantil, falta de cuidados com a saúde dos trabalhadores, por causa de produtos tóxicos e outros desrespeitos às condições de trabalho” (Lira, 2006), ao qual não são tomadas as devidas fiscalizações necessárias. Além da falta de segurança para com os empreendimentos, os confeccionistas sofrem assaltos desde o deslocamento intermunicipais quanto nas feiras (Lira, 2006).

Sob tal perspectiva, as autoras Genú e Dourado (2022) destacam que até mesmo a reforma trabalhista culminou em um impacto direto nesse contexto agrestino, dado que impulsionou a flexibilização dos direitos a partir da contratação CLT, fazendo com que possa ser realizado a contratação sem a obtenção do vínculo empregatício, por meio da pejotização, excluindo direitos como “[...] seguridade social, férias, Fundo Garantidor por Tempo de Serviço (FGTS) e descanso semanal remunerado (Genú; Dourado, 2022).” Nesse contexto, Pereira (2020) apresentou que nem mesmo o Programa Microempreendedor individual - MEI consegue superar as dificuldades nas relações de trabalho precárias. Esse fator se dá por meio de que os direitos previdenciários, para algumas mulheres, não acompanham melhoria nas condições de trabalho (Pereira, 2020).

Nos últimos cinco anos, as pesquisas empíricas sobre o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, levando em consideração o foco nas condições de trabalho na costura, têm-se discutido os diversos elementos que inferem-se nessa área produtiva. Segundo Pereira (2020), as condições de trabalho se demonstram de forma precarizada, visto que as costureiras realizam uma jornada total de trabalho estendida, fazendo com que aumente a precarização e exploração laboral. Já Souza, Lima e Lima (2023) analisaram como as mulheres que detêm de empreendimentos no PCAP, (re)organizaram seu trabalho produtivo e reprodutivo dentro do ambiente privado domiciliar, com o destaque às relações de gênero. Rangel e Corteletti (2022) apresentam o histórico de formação do PCAP e suas relações e paralelos diante das configurações atuais dessa área produtiva. Carneiro (2022) aborda as motivações para se empreender nesse Polo, levando em consideração esse processo e a informalidade, diante da dinâmica de trabalho precário e geração de renda. Com isso, tal quadro pode ser ampliado diante de como o empreendedorismo é apresentado, discutido e implementado para essas costureiras.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo será conduzido a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório. A escolha desse delineamento se justifica pela possibilidade de compreender em profundidade as experiências e percepções das costureiras do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, considerando a complexidade das relações entre empreendedorismo e precarização do trabalho. Esse tipo de pesquisa se mostra adequado por permitir a apreensão de sentidos, significados e interpretações que emergem das práticas sociais (Creswell, 2010).

O corpus da pesquisa será constituído por entrevistas narrativas temáticas em profundidade, realizadas com costureiras em atividade no Polo de Confecções. Esse procedimento permitirá acessar relatos abertos sobre as trajetórias profissionais das participantes, possibilitando compreender suas experiências de forma mais ampla (Bauer; Aarts, 2002; Minayo, 1998). Serão convidadas a participar mulheres maiores de idade, que atuem de forma autônoma e sem vínculo



formal, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando o cumprimento das normas éticas.

As entrevistas terão início com um convite para que as participantes relatem livremente suas experiências de trabalho ao longo de suas trajetórias profissionais. Será priorizada a liberdade de expressão, permitindo que cada entrevistada organize seu relato de forma espontânea e orgânica. A intervenção do pesquisador ocorrerá apenas de maneira pontual, quando for necessário esclarecer pontos mencionados ou solicitar informações adicionais.

Somente após a percepção de interrupções no fluxo narrativo serão introduzidas perguntas mais direcionadas, com o objetivo de aprofundar temas ainda não explorados. Essas questões serão fundamentadas em categorias previamente definidas: início da atividade de costura, condições de trabalho, experiência com o trabalho em domicílio, trajetória empreendedora, influências e construção do discurso, percepções sobre o negócio, políticas públicas e redes de apoio.

O número de entrevistas não será previamente estabelecido, sendo definido pelo critério de saturação, ou seja, quando novos relatos deixarem de acrescentar informações relevantes ao objeto de estudo (Minayo, 1998). Todas as entrevistas serão gravadas, transcritas integralmente e submetidas à Análise de Conteúdo Categórica Temática, conforme as três etapas propostas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na etapa de pré-análise, as entrevistas transcritas serão organizadas e submetidas a uma leitura inicial, com o objetivo de identificar se apresentam informações pertinentes aos objetivos da pesquisa, além de proporcionar uma visão abrangente do conteúdo dos relatos. Na fase de exploração do material, serão construídas unidades de análise e realizadas as codificações, agrupando trechos semelhantes em categorias temáticas. Essas categorias serão definidas a partir dos próprios dados, de modo que os significados emergentes orientem a análise (Miles; Huberman, 1994).

Por fim, no tratamento e interpretação, os resultados serão sistematizados, combinando a análise qualitativa do conteúdo com observações de frequência das categorias. Essa etapa permitirá interpretar criticamente os relatos, relacionando-os aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico, de modo a aprofundar a compreensão das experiências de trabalho no Polo de Confecções.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. Boitempo Editorial, 2020.

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K.. Empreendedorismo: Conceitos e definições. Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015. Disponível em:<<https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BANDEIRA, P. V. R.; SILVA, T. S.. Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade e Oportunidade. ID on line. Revista de psicologia, v. 17, n. 66, p. 190-208, 2023. Disponível em:<<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3771>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. xx-xx.



BEZERRA, E.; CORTELETTI, R. de F.; ARAUJO, I. M. de. *RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES DE GÊNERO NA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES DO NORDESTE*. CADERNO CRH, Salvador, v.33, p.1- 20.2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/38029>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BURNETT, A.. A afirmação da petite bourgeoisie formada pelos pioneiros da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe-PE. *Latitude*, Maceió-AL, Brasil, v. 8, n. 2, 2018. DOI: 10.28998/lte.2014.n.2.1613. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1613>. Acesso em: 27 fev. 2025.

CARMO, L. J. O. et al. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos Ebape*. Br, v. 19, n. 1, p. 18-31, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/HY7NpJpmW6vh6sKX3YdCrSd/?lang=pt>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CARNEIRO, V. C. V.. Empreendedorismo ou sobrevivência: uma análise das motivações para se empreender no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. *Caleidoscopio: revista semestral de ciencias sociales y humanidades*, n. 47, p. 7, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uaa.mx/index.php/caleidoscopio/article/view/3730>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

ALMEIDA, E. L. de; DIAS, P. K.; DOS SANTOS, E. C.. Desafios de empreendedoras na economia criativa periférica. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 15, n. 1, p. 122-146, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4417/441767903009/441767903009.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DE SOUZA, A. M.. “Aqui é o lugar do progresso”: produzindo roupas e significados na disputa pela modernidade das confecções do Agreste. *REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 5, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2012.v5i1.4313>

DORNELAS, J. C. A.. *Empreendedorismo*. Elsevier Brasil, 2008.

FILARDI, F.; BARROS, F. D.; FISCHMANN, A. A.. Do homo empreendedor ao empreendedor contemporâneo: evolução das características empreendedoras de 1848 a 2014. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, v. 13, n. 3, p. 123-140, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3312/331232580010.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FREITAS, E. Gigante no Agreste de PE: Polo de Confecções garante renda e emprego para mais de 24 mil pequenos empreendedores. *G1 Caruaru*. 29 mai. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2023/05/29/gigante-no-agreste-de-pe-polo-de-confecoes-garante-renda-e-emprego-para-mais-de-24-mil-pequenos-empresarios.ghtml>>. Acesso em: 11 mar 2025.

GENÚ, J. M. ; DOURADO, D. C. P. . CORTE, COSTURA E TENSÃO: A REFORMA TRABALHISTA E SUAS IMPLICAÇÕES NO POLO TÊXTIL DO AGRESTE PERNAMBUCANO.. In: XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022, 2022, São Paulo.



Disponível em:
<<https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/675f9820626f5bc0afb47b57890b466e.pdf>>.
Acesso em: 26 mar. 2025.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. Empreendedorismo. 9ª. Ed. Porto Alegre (RS): AMGH Editora, 2014.

LIMA, J. C.. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. Revista Política e Trabalho, v. 15, p. 121-139, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jacob-Lima/publication/283212824_Novas_formas_velhos_conteudosdiversidade_produtiva_e_emprego_precario_na_industria_do_vestuário/links/562e30a308ae22b17035cedf/Novas-formas-velhos-conteudosdiversidade-produtiva-e-emprego-precario-na-industria-do-vestuário.pdf> Acesso em: 15 mar. 2025.

LIMA, J. C.; CORTELETTI, R. de F.; ARAÚJO, I. M. de. Empreendedorismo e terceirização na produção de confecções: experiências no Nordeste brasileiro. Anais... In: 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 2018. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349440859_Empreendedorismo_e_terceirizacao_na_producao_de_confecoes_no_nordeste_brasileiro>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LIMA, J. C.; DE OLIVEIRA, R. V.. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário: Entrepreneurship as a discourse justifying informal and precarious work. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1062>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

LIRA, S. M. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. Revista de Geografia da UFPE, Recife, n. 23, v. 1, p. 98-114, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/download/228657/23079>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

LIRA, P. V. R. de A. et al. Superexploração e desgaste precoce da força de trabalho: a saúde dos trabalhadores de confecção. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, p. e00275107, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/jpLw4dXR9yJvzsFJjvNJjJw/?lang=pt>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MILANÊS, R.. O trabalho das mulheres costureiras na zona rural do Agreste pernambucano. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. p. 9. v. 14 n. 1 (2020): jan./dez. Disponível em: <<https://www.revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/273>> . Acesso em: 10 fev. 2025.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. Qualitative data analysis: an expanded sourcebook. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.



NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável A/RES/70/1. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Brasília, DF: MDS, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ORSIOLLI, T. A. E.; NOBRE, F. S.. Empreendedorismo sustentável e stakeholders fornecedores: criação de valores para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 20, p. 502-523, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/s57yq6gkP5ZW7m7z7dxbd7K>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PARENTE, C. et al. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. 2011. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/61185/2/cparenteempreendedorismo000151867.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2025

PEREIRA, J. N. Mulheres e empreendedorismo: MEI como política de combate à informalidade. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33162>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

RANGEL, A. S.; DA SILVA, M. M.; COSTA, B. K.. Competitividade da indústria têxtil brasileira. *INMR-Innovation & Management Review*, v. 7, n. 1, p. 151-174, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79163>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

RANGEL, F.; CORTELETTI, R. de F. O polo de confecções do Agreste Pernambucano: Origens e configurações atuais. *Estudos de Sociologia, Araraquara*, v. 27, n. 00, p. e022013, 2022. DOI: 10.52780/res.v27i00.13897. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13897>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SABINO, G. de F. T.; PINHEIRO, D. C.. Empreendedorismo negro brasileiro: tensões e limites à luz da inclusão econômica e social. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 7, p. 39-55, 2022. Disponível em: <<https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/630>>. Acesso em 23 mar. 2025.

SANTOS, J. M. dos ., FIGUEREDO, R. A., CORRÊA, R. O. ., & CARVALHO, G. D. G. de . (2023). EMPREENDEDORISMO DIGITAL POR MULHERES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA. *Revista Gestão E Desenvolvimento*, 20(2), 150–175. <https://doi.org/10.25112/rgd.v20i2.3442>. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3442>>. Acesso em: 23. mar. 2025

SEBRAE. (2013). Estudo econômico do Arranjo produtivo local de Confecções do Agreste Pernambucano. SEBRAE. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2025.



SCHUMPETER, J. A. (1971). The fundamental phenomenon of economic development. In P. Kilby (Ed.), *Entrepreneurship and economic development* (pp. 43-71). New York: The Free Press.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento económico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SOUZA, D. C. de; LIMA, M. P.; LIMA, C. A. da S. Processo de (Re) Organização do Trabalho Produtivo e Reprodutivo de Mulheres na Confecção. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 27, n. 5, p. e220292, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/Vr53jyYHSLNGWbsr7SFg9Kq/>>. Acesso em: 09 fev. 2025.

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. *REVISTA OUTUBRO*, N. 7, 2002. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VALE, G. M. V. Empreendedor: origens, concepções teóricas, dispersão e integração. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 18, n. 6, p. 874-891, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/s8SRpzv4FFtYZWfCqLn7kyn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

VALENTIM, E. C. do R. B. Empreendedorismo e formalização do trabalho: o Programa Microempreendedor Individual no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco. 2017. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_8b4b3f818e053e4209baa14754f9bcef>. Acesso em 19 mar. 2025.

VERGA, E., & SOARES DA SILVA, L. F. (2015). EMPREENDEDORISMO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, DEFINIÇÕES E ABORDAGENS. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, 3(3), 03–30. <https://doi.org/10.14211/regepe.v3i3.161> Disponível em: . Acesso em: 26 mai. 2025.

WEBER, M. (2004), *A ética protestante o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

XAVIER, T. M. C. Polo de confecções do agreste de Pernambuco: formação de aglomerado produtivo e suas dinâmicas espaciais. *Caminhos de Geografia*, v. 21, n. 73, p. 429-444, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/49475/28347/220956>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

ZANATTA, M. S.; ROSENFELD, C. L. ; OLIVEIRA, R. V. . Quando o fabrico se torna fábrica: os desdobramentos do processo de formalização da indústria de confecções em Caruaru/Pernambuco/Brasil. In: *IX Congresso Português de Sociologia: Portugal, território de territórios*, 2016.